



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 146207-7/03 - Recife (2ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargado: Comercial Porcino - Máquinas e Equipamentos Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

R  
5469

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o officio, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Presidente e Relator



163

70

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 146207-7/03 - Recife (2ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargado: Comercial Porcino - Máquinas e Equipamentos Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil S/A, contra acórdão lavrado à vista do julgamento do Recurso de Agravo nº 146207-7/02, em que são partes o embargante e a Comercial Porcino - Máquinas e Equipamentos Ltda, ora embargado.

A decisão embargada negou seguimento ao recurso de agravo interposto contra decisão terminativa proferida em julgamento de apelação, decisão essa que manteve a decisão *a quo* no sentido de não ser possível a execução de título extrajudicial fundada em contrato de abertura de crédito. Condenou a instituição bancária ora embargante, ainda, no pagamento de custas e honorários advocatícios percentual de 10% sobre o valor da causa

Alegou o embargante que o acórdão foi omisso na medida em que não se pronunciou sobre o elevado percentual de 10% sobre o valor da causa fixado a título de honorários advocatícios, razão pela qual, portanto, a decisão deve ser reformada.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Presidente e Relator



164  
77

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 146207-7/03 - Recife (2ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargado: Comercial Porcino - Máquinas e Equipamentos Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## VOTO

Como dito no relatório, o embargante alegou que o acórdão foi omissivo na medida em que não se pronunciou sobre o elevado percentual de 10% sobre o valor da causa fixado a título de honorários advocatícios.

A decisão recorrida, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (fls. 12/15 da apelação em apenso):

*"(...) passo a apreciar a insurgência do apelante quanto a condenação no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa fixado a título de honorários de sucumbência e, da mesma forma, entendo que a pretensão do apelante não merece ser acolhida.*

*Verifica-se dos autos que o trabalho apresentado pelo causídico dos apelados, bem como o longo trâmite da causa, justificam a fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, não tendo sido demonstrado que a quantia é excessiva e desproporcional, ao contrário, afigura-se de acordo com o princípio da razoabilidade.*

*O STJ, sobre o tema, já decidiu no seguinte sentido:*

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. POSSIBILIDADE. FUNGIBILIDADE RECURSAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. I - Em homenagem aos princípios da economia, da instrumentalidade e da fungibilidade, os embargos declaratórios que buscam efeitos exclusivamente infringentes podem ser recebidos como agravo interno. II - Na linha da jurisprudência deste Tribunal, a revisão do valor dos honorários advocatícios só é possível quando este se mostrar ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica no presente caso. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl nos EDcl no REsp 1087723/ES, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 01/06/2009)**

*Ante o exposto, considerando que este apelo está em confronto com a jurisprudência do Colendo STJ, **NEGO-LHE SEGUIMENTO**, o que faço com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.*

A decisão recorrida, conforme se extrai da simples leitura da ementa acima transcrita, efetivamente enfrentou o objeto do recurso, de forma que não há qualquer omissão a ser sanada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

12  
165  
C

Em sendo assim, não observo, pois, por ocasião do julgamento deste recurso, qualquer alegação que possa modificar o entendimento esposado na decisão combatida.

Ante o exposto, o meu voto é no sentido de **CONHECER E REJEITAR** os embargos opostos.

É como voto.

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Presidente e Relator**